

Agência de Fomento de Alagoas S/A - DESENVOLVE**AGÊNCIA DE FOMENTO
DE ALAGOAS S/A****Relatório de Administração,
Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas**

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

CNPJ 10.769.660/0001-95
Rua Deputado José Lages, 972, Ponta Verde
CEP: 57035-330 - Maceió/AL 82 3315.3468**FICHA TÉCNICA**

Capital Social:	Colaboradores:
R\$ 40.414 mil	46
Patrimônio Líquido:	Ativos Totais:
R\$ 35.547 mil	R\$ 53.059 mil
Cidades atendidas:	Operações:
55	378
Índice de Inadimplência:	Valor Liberado:
23,87%	R\$ 6.204 mil

APRESENTAÇÃO

A Agência de Fomento de Alagoas S/A - DESENVOLVE, tratada neste documento somente como DESENVOLVE é instituição financeira supervisionada e regulada pelo Banco Central do Brasil, uma realidade presente no cenário alagoano. Suas ações estão voltadas para a promoção do desenvolvimento do Estado de Alagoas, com forte ênfase nas camadas mais pobres da sociedade, a chamada base da pirâmide.

Ligada ao Governo do Estado de Alagoas, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo (SEDETUR), a DESENVOLVE não nasceu com o objetivo de ser apenas voltada para o crédito, mas visa montar estratégias de desenvolvimento, principalmente voltadas para projetos que tenham a função de formalizar e organizar os pequenos e médios empreendedores, objetivando a geração de emprego e renda e promovendo a sustentabilidade no tempo dos negócios gerados,

CONTROLE ACIONÁRIO

Constituída na forma de sociedade anônima, a DESENVOLVE tem como acionistas: o Estado de Alagoas com 99% das ações, a Federação das Indústrias do Estado de Alagoas, a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Alagoas, a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Alagoas e a Câmara de Dirigentes Lojistas de Maceió que juntos detêm 1% das ações.

A atuação da Agência é baseada na preparação das empresas e organizações produtivas para que possam acessar o mercado de maneira planejada, adequação de seus produtos à legislação, organização interna e, principalmente, de maneira sustentável.

IDENTIDADE E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Missão: Atuar como agência de fomento na criação de soluções de crédito para alavancar a inclusão social e produtiva e o desenvolvimento sustentável no Estado de Alagoas.

Visão: Ser uma agência de fomento reconhecida pela sua capacidade de apoiar o desenvolvimento dos micros e pequenos negócios em Alagoas.

Valores: Ética; Respeito; Transparéncia; Responsabilidade Social; Inovação e Compromisso com os recursos públicos.

**1 GOVERNANÇA CORPORATIVA**

A governança corporativa da DESENVOLVE, obedece a uma rotina de melhoria contínua, guarda os princípios da transparéncia, da responsabilidade corporativa da instituição, proporciona a tomada de decisão sempre de forma colegiada e por alcadas, sua orientação estratégica é dada pelo Conselho de Administração, Conselho Fiscal e pela Diretoria da Instituição.

Durante o segundo semestre de 2019, a DESENVOLVE ainda sofreu acerca da falta de estrutura básica na constituição do Colegiado, da falta de quórum nos 03 (três) órgãos existentes na Agência.

1.1 Conselho de Administração

A partir do mês de agosto as reuniões do Conselho voltaram a ser realizadas com a participação de 05 (cinco) membros e frequência mensal, ainda no segundo semestre, mais precisamente no mês

de dezembro, foram homologados mais 02 (dois) membros, desta forma preenchendo todas as vagas pendentes com mandatos até 2021.

1.2 Conselho Fiscal

Após o mês de março de 2019, o Conselho Fiscal não possuiu quórum suficiente para a realização das reuniões, tal situação só foi resolvida a partir do dia 23 de dezembro, esse cenário prejudicou a análise dos principais números da Agência.

1.3 Diretoria Colegiada

No mês de julho o Diretor Presidente da Agência foi homologado, entretanto o acionista majoritário destituiu os Diretores Administrativo-Financeiro e de Desenvolvimento e Projetos, através dessas mudanças a Agência finalizou o ano de 2019 somente com 01 (um) Diretor homologado, o que impediu a realização de reuniões da Diretoria.

2 DESEMPENHO OPERACIONAL

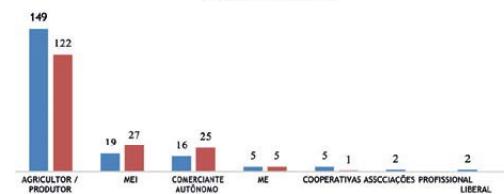
A DESENVOLVE fechou o ano de 2019, com um quadro de 46 funcionários no total, apresentando-se da seguinte forma: 40 Celetistas, 4 Estagiários e 2 Reeducandos. O volume de empréstimos liberados ficou em ordem de R\$ 6.204 mil (seis milhões duzentos e quatro mil reais) em operações feitas diretamente com clientes, uma redução de 30% em comparação com o ano anterior. Esse cenário impactou na diminuição da carteira de crédito em 8,6% que passou de R\$ 17.730 mil (dezessete milhões setecentos e trinta mil reais) para R\$ 16.379 mil (dezessete milhões trezentos e setenta e nove mil reais).

A redução apresentada anteriormente é resultado de uma maior criticidade nas análises das operações realizadas pela Agência com o objetivo de diminuir o impacto da provisão e reduzir o índice de inadimplência.

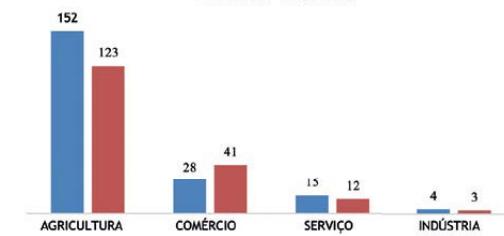
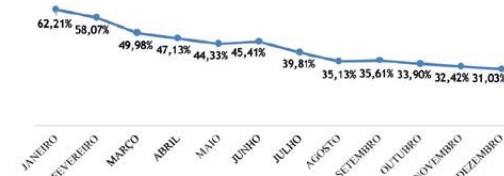
Abaixo seguem alguns números que demonstram o desempenho da DESENVOLVE no ano de 2019:

LIBERAÇÕES POR PORTE

■ 1º semestre ■ 2º semestre

**LIBERAÇÕES POR SETOR ECONÔMICO**

■ 1º semestre ■ 2º semestre

**ÍNDICE DE BASILEIA**

**AGÊNCIA DE FOMENTO
DE ALAGOAS S/A**

**Relatório de Administração,
Demonstrações Financeiras e Notas Expositivas**
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

CNPJ 10.769.660/0001-95
Rua Deputado José Lages, 972, Ponta Verde
CEP: 57035-330 – Maceió/AL 82 33153468

Na tabela a seguir está presente o desempenho de cada uma das linhas de crédito durante o ano de 2019.

LINHAS DE CRÉDITO - TAXAS	QUANT.	MICROCREDITO	CRÉD. COMPETITIVO
MC DESENVOLVE A - 1,6%	151	R\$ 1.010.098,24	R\$ 0,00
MC DESENVOLVE B - 1,4%	45	R\$ 347.973,01	R\$ 0,00
MC DESENVOLVE C - 1,2%	42	R\$ 415.687,37	R\$ 0,00
MC DESENVOLVE D - 1,0%	81	R\$ 528.844,50	R\$ 0,00
GRUPO AVAL SOLIDARIO - A - 0,99%	9	R\$ 83.641,63	R\$ 0,00
MC DESENVOLVE GROTAS	1	R\$ 3.173,14	R\$ 0,00
CANA DE AÇÚCAR GIRO - 1,3%	28	R\$ 0,00	R\$ 1.014.003,33
COMPETITIVO A - MISTO - 1,6%	5	R\$ 0,00	R\$ 151.933,11
COMPETITIVO C - GIRO - 1,4%	2	R\$ 0,00	R\$ 259.650,48
COMPETITIVO C MISTO - 1,4%	4	R\$ 0,00	R\$ 491.349,02
COMPETITIVO E - GIRO - 2,0%	1	R\$ 0,00	R\$ 15.592,64
DESENVOLVE COOPMÁIS - 0,63%	6	R\$ 0,00	R\$ 1.205.991,85
PROCAP - 0,5%	2	R\$ 0,00	R\$ 676.984,77
TOTAL	378	R\$ 2.389.417,89	R\$ 3.815.505,20

Também durante 2019 o setor Jurídico da DESENVOLVE promoveu todas as medidas administrativas e judiciais acalmeadoras de direitos e interesses da Instituição, notadamente ingressou com 86 (oitenta e seis) ações de execução por título extrajudicial contra devedores com dívidas inscritas em perda perante a instituição nos primeiro e segundo semestre respectivamente, sendo o valor pleiteado em juizo de R\$ 5.124 mil (cinco milhões cento e vinte e quatro mil reais), tendo ainda recolhido R\$ 86 mil (oitenta e seis mil reais) referentes às custas processuais distribuídos da seguinte maneira:

	Nº de ações Ingressadas	Valor das ações	Custas processuais
1º semestre	5	R\$ 3.055 mil	R\$ 28 mil
2º semestre	81	R\$ 2.068 mil	R\$ 57 mil

Com relação ao mesmo período de 2018 houve um acréscimo no número de ações ajuizadas, bem como no valor do passivo ajuizado, visto que foram ajuizadas 51 (cinqüenta e uma) ações de execução por título extrajudicial e o passivo foi de R\$ 3.279 mil (três milhões duzentos e setenta e nove mil reais).

A Assessoria também realizou um trabalho de orientação e divulgação aos setores da DESENVOLVE quanto à observância e aplicação dos dispositivos legais vigentes e suas alterações, assim com a verificação e fiscalização do cumprimento das providências de natureza jurídica pelos setores da DESENVOLVE.

3 RESULTADO ECONÔMICO-FINANCEIRO

No exercício de 2019, a DESENVOLVE registrou um prejuízo de R\$ 4.633 mil (quatro milhões seiscentos e trinta e três mil reais). Dentre os fatores preponderantes para o prejuízo apresentado estão: A provisão para operações de créditos que registrou o valor de R\$ 4140 mil (quatro milhões cento e quarenta mil reais); além da redução da taxa SELIC que caiu de 6,5% em junho de 2019 para 4,5% em dezembro do mesmo ano. O Patrimônio Líquido acumulou R\$ 35.547 mil (trinta e cinco milhões quinhentos e quarenta e sete mil reais) durante o ano, com uma redução de 12,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. O total de ativos teve uma redução de 10,5%, fechando o ano de 2019 em R\$ 53.059 mil (cinquenta e três milhões e cinquenta e nove mil reais), sendo 67,61% de títulos e valores mobiliários, 22,72% de operações de crédito, e 27,38% de outros ativos.

Na tabela a seguir são demonstrados os valores referentes a cada semestre.

	Resultado	Provisão	Patrimônio Líquido	Total de Ativos
1º semestre	(-) R\$ 2.313 mil	(-) R\$ 2.565 mil	R\$ 37.867 mil	R\$ 55.993 mil
2º semestre	(-) R\$ 2.320 mil	(-) R\$ 1.575 mil	R\$ 35.547 mil	R\$ 53.059 mil

4 PROJETOS REALIZADOS

No ano de 2019 um dos principais projetos desenvolvidos foi voltado para a atividade estratégica da empresa, alinhando e desenvolvendo projetos com o objetivo de impulsionar as atividades da Agência.

Decorrente de um período de estudo na busca de um novo nicho de mercado foi desenvolvido o projeto de financiamento aos municípios, do qual foi possível coordenar a vinda de técnicos do Tesouro Nacional para a realização de 02 cursos de capacitação. Análise de PVL pela Instituição Financeira e Contratação e Regularização na Contratação de Crédito.

Em continuidade ao trabalho realizado a DESENVOLVE buscou a parceria ainda para a renovação do contrato junto com a FNEP, desta feita, junto a possibilidade da linha voltada a "cidades inovadoras" com investimento em indústria, energia e equipamentos de telecomunicação.

Ao que se trata sob novos investimentos para impulsionar o fomento no estado de Alagoas, a DESENVOLVE realizou o credenciamento junto ao Ministério do Turismo para operacionalização da linha de crédito aos operadores de turismo do estado por meio dos recursos do FUNGETUR. A Desenvolve/AL foi selecionada e o Ministério destinou para operacionalização um montante no valor R\$ 10 milhões, para investimento em micro e pequenas empresas no ano de 2020.

Ainda em 2019 também foi realizado o acompanhamento do desenvolvimento dos projetos das empresas, associações e cooperativas financiadas pelas linhas de crédito do COOPMÁIS, PROCAP e do INOVACRED, bem como da análise das prestações de contas referente a esses financiamentos.

5 COBRANÇA E RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

A equipe responsável pela cobrança e recuperação de crédito da DESENVOLVE conta com o envolvimento de diversos departamentos e profissionais, tendo como objetivo contribuir pelas melhores práticas de gestão e controle na operacionalização em todas as áreas da empresa, desde o estabelecimento das linhas de crédito, ao compromisso de proporcionar melhores resultados para as empresas e produtores do Estado. O capital e disponibilidades de caixa da Agência, são todos aplicados em títulos públicos federais, como trata o art. 3º da Resolução nº 2828, do Banco Central do Brasil.

Em relação à Recuperação de Crédito, no ano de 2019 foram renegociados contratos perfazendo o valor de R\$ 5.118 mil (cinco milhões cento e dezoito mil reais). O valor recuperado foi de R\$ 105.881 mil (cento e cinco mil oitocentos e oitenta e um reais). Os contratos inadimplentes com valores superiores a R\$ 50 mil (cinquenta mil reais) foram renegociados com o envolvimento da Diretoria Executiva da Agência, que trouxe como resultado a baixa da inadimplência em cerca de 27,22% em comparação com o fechamento do ano de 2018.

Com o trabalho intenso na cobrança por meio telefônico, mensagens (e-mail, SMS e APP WhatsApp), visita negociação-devedor/devedor-negociador, a Desenvolve obteve resultados positivos dos clientes em atraso (até 90 dias de atraso), e pagamento de parcelas em atraso dos clientes inadimplentes (mais de 91 dias de atraso), sem a necessidade de renegociação.

6 INADIMPLÊNCIA

Dante do recente cenário de retomada do crescimento da economia brasileira, Alagoas tem apresentado resultados moderado de reaquecimento econômico. Tal aspecto refletiu diretamente nas atividades da DESENVOLVE, com o aumento da oferta de crédito, e a concentração de provisões nas operações de crédito em um nicho de mercado específico. Paralelamente, ainda é possível sentir os reflexos dos exercícios anteriores, onde é notório o aumento da inadimplência, apresentando índices que flutuam acima da média estimada, chegando a apresentar um nível de 29,78% em setembro/2019. Ao observarmos a carteira de operações, identificamos que, os altos índices apresentados durante todo o segundo semestre de 2019, resultam da alta concentração de liberações orçamentárias a clientes pontuais, que, absorvem uma maior exposição ao risco, apresentam um peso maior diante de todo o cenário apresentado.



Frente aos resultados apresentados, a DESENVOLVE tem intensificado a cobrança, realizado visitas periódicas, e ao longo do período, tem oferecido aos clientes formas facilitadas de regularização dos débitos em aberto. Ainda, como resposta ao cenário, a DESENVOLVE, realizará contratação de uma empresa externa de cobrança, buscando intensificar as cobranças com os clientes categorizados em risco iminente de inadimplência. Este trabalho favorecerá a equipe responsável pela cobrança e recuperação de crédito, na proximidade com os clientes ativos e acompanhando mais de perto seus retornos de pagamento.

Visando a diminuição da concentração dos recursos emprestados, como também o risco de inadimplência, a nova Diretoria Executiva está fortalecendo o ramo do microcrédito, buscando melhores resultados e revertendo o cenário apresentado, para que possa exercer o papel de instrumento de ampliação do desenvolvimento econômico e social do Estado de Alagoas.

CONCLUSÃO

Através dos resultados apresentados é notável que por mais que o país esteja enfrentando dificuldades econômicas, a DESENVOLVE continua se empenhando para contribuir com a melhoria das empresas e produtores do Estado, dessa forma cumprindo seu papel como agente propulsor de crescimento econômico e social de Alagoas.

A Desenvolve vislumbra para 2020 um ano de grandes possibilidades para investimentos. Dicionando seus esforços para as operações voltadas ao microcrédito, dessa forma oferecendo oportunidades para que os microempreendedores e as empresas de pequeno tenham acesso ao crédito de uma maneira facilitada com o objetivo de alavancar seus negócios, através dessas ações a DESENVOLVE estará movimentando a economia no estado, podendo gerar mais empregos de forma direta e indireta.

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Senhores
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
AGÊNCIA DE FOMENTO DE ALAGOAS S/A - DESENVOOLVE

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Agência de Fomento de Alagoas – DESENVOVE ("Agência"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo da Base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agência em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen.

Base para opinião com ressalva

Conforme descrito na Nota Explanativa nº 7, a administração da agência manteve registrado na conta "Outros Créditos, valores e bens" R\$ 1.453 mil, no ativo circulante e não circulante de 31 de dezembro de 2019, desse montante total R\$ 1.326 mil trata-se das operações de créditos junto as cooperativas do Estado de Alagoas, tendo sido estas realizadas com os recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza (FECOEP). Contudo, não houve a mensuração contábil destas operações na rubrica "operações de créditos" e por consequência não houve reconhecimento da classificação destas operações em provisão para créditos de liquidação duvidosa pela situação atual de inadimplência desta carteira, conforme requerido pela resolução 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional. Em 31 de dezembro de 2019, o montante de perda estimada para as operações de crédito do FECOEP era de R\$ 1.326 mil. Consequentemente, o lucro líquido e o ativo em 31 de dezembro de 2019 estão apresentados a maior em R\$ 1.326 mil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Agência, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Agência é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante. Independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Agência são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude

**Relatório de Administração,
Demonstrações Financeiras e Notas Explanativas**

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidências de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião com ressalva. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências da auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional:

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Natal/RN, 28 de fevereiro de 2020.

Emerson Auditores e Consultores S/S

Auditores Independentes

CRC/RN 547/0-8 "S" AL

José Emerson Firmino

Contador

Balanço Patrimonial

Ativo	31/12/19	31/12/18
Circulante	32.217	33.745
Disponibilidades (Nota 3.c)	180	79
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 3.c e 4)	24.685	19.802
Credito Vinculado (Nota 5)	-	5.534
Banco Central-Dep. P/Capital em DH	-	5.534
Operações de Crédito (Nota 6)	6.621	6.923
Empréstimos	4.987	4.643
Financiamentos	3.715	3.504
(-) Provisão para Operações de Crédito	(2.081)	(1.224)
Outros Créditos, Valores e Bens (Nota 7)	730	1.407
Não Circulante	20.843	24.873
Realizável a Longo Prazo	17.349	21.197
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 4)	11.190	10.571
Operações de Crédito (Nota 6)	5.435	8.339
Empréstimos	3.947	3.991
Financiamentos	3.197	5.394
(-) Provisão para Operações de Crédito	(1.709)	(1.046)
Outros Créditos, Valores e Bens (Nota 7)	723	2.287
Imobilizado (Nota 8)	3.449	3.631
Imobilizado de Uso	4.893	4.780
(-) Depreciação Acumulada	(1.444)	(1.149)
Intangível (Nota 8)	45	45
Ativos Intangíveis	559	559
(-) Amortização Acumulada	(514)	(514)
Total do Ativo	53.059	58.618

**AGÊNCIA DE FOMENTO
DE ALAGOAS S/A**

**Relatório de Administração,
Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas**
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

CNPJ 10.769.660/0001-95
Rua Deputado José Lages, 972, Ponta Verde
CEP: 57035-330 - Maceio/AL 82315-3468

Passivo e Patrimônio Líquido	31/12/19	31/12/18
Circulante	11 695	13.173
Obrigações por Repasse (Nota 9)	728	629
Obrigações por Repasses - FINEP	728	629
Outras Obrigações (Nota 10)	10.967	12.544
 Não Circulante	 5.817	 5.260
Obrigações por Repasse (Nota 9)	2.257	2.973
Obrigações por Repasses - FINEP	2.257	2.973
Outras Obrigações (Nota 10)	3.560	2.287
 Total do Passivo	 17.512	 18.433
 Patrimônio Líquido	 35.547	 40.185
Capital social (Nota 12.a)	40.414	34.880
Aumento de Capital (Nota 12.b)	-	5.534
Reservas de Lucros (Nota 12.c)	-	1.831
Lucros ou Prejuizos Acumulados (Nota 12.d)	(4.867)	(2.060)
 Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	 53.059	 58.618

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração de resultado

Descrição	2º Sem. 2019	Exercício 2019	Exercício 2018
Receita da Intermediação Financeira			
Operações de Crédito	1.593	3.246	2.577
Rendas de Títulos e Valores Mobiliários	1.053	2.294	2.577
Despesas da Intermediação Financeira			
Reverso / (Provisão) para Operação de Crédito	(1.700)	(4.265)	(985)
Despesas de Obrigação por Empréstimos e Repasses	(1.575)	(4.140)	(862)
Despesas Administrativas (Nota 14)	(125)	(125)	(124)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	(120)	(635)	3.080
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	(2.219)	(3.933)	(3.133)
Despesas com Honorários (Nota 13)	(69)	(157)	(328)
Despesas com Pessoal (Nota 13)	(1.725)	(3.317)	(3.525)
Despesas Administrativas (Nota 14)	(1.001)	(1.772)	(1.571)
Despesas Tributárias (Nota 15.b)	(77)	(174)	(226)
Despesas de depreciação e amortização (Nota 16)	(215)	(295)	(120)
Outras receitas / (despesas) operacionais (Nota 17)	894	1.682	2.536
 Resultado Operacional	 (2.314)	 (4.627)	 (53)
 Resultado não operacional	 -	 -	 -
Despesas não operacionais	-	-	-
Receitas não operacionais	-	-	-
 Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	 (2.314)	 (4.627)	 (53)
Imposto de renda (Nota 15.a)	(4)	(4)	-
Contribuição social (Nota 15.a)	(2)	(2)	-
 Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício	 (2.319)	 (4.633)	 (53)
^a nº de ações da Agência (em mil)	3.488	3.486	3.488
Lucro/(Prejuízo) líquido por ação (em reais)	(0,66)	(1,33)	(0,02)
Valor patrimonial da ação (em reais)	10,19	11,52	9,95

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Descrição	Capital Social	Aumento de Capital	Reserva de Lucros	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Em 1º de janeiro de 2018	34.880	-	151	1.661	- 1.989
Aumento de Capital		5.534			5.534
Aumento da Reserva		-	17	(17)	(53)
Resultado do Período		-	-	(33)	(33)
Em 31 de dezembro de 2018	34.880	5.534	177	1.661	(2.046)
Mutações do período 2018	-	5.534	17	-	(70)
Em 30 de junho de 2019	40.414	-	173	1.661	(2.040)
Ajuste de Exercícios Anteriores		-	-	(5)	(5)
Absorção das Reservas de Lucros		-	(170)	(1.661)	(1.831)
Resultado do Período		-	-	(4.633)	(4.633)
Em 31 de dezembro de 2019	40.414	-	170	(1.661)	(4.867)
Mutações do 2º semestre 2019	-	-	(170)	(1.661)	(2.807)
Em 1º de janeiro de 2019	40.414	-	170	1.661	(2.040)
Ajuste de Exercícios Anteriores		-	-	(5)	(5)
Absorção das Reservas de Lucros		-	(170)	(1.661)	(1.831)
Resultado do Período		-	-	(4.633)	(4.633)
Em 31 de dezembro de 2019	40.414	-	170	(1.661)	(4.867)
Mutações do período 2019	-	-	(170)	(1.661)	(2.807)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Descrição	Capital Social	Aumento de Capital	Reserva Legal	Reserva Especial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Em 1º de janeiro de 2018	34.880	-	151	1.661	- 1.989	34.705
Aumento de Capital		5.534				5.534
Aumento da Reserva		-	17	(17)	(53)	(53)
Resultado do Período		-	-	(33)	(33)	(33)
Em 31 de dezembro de 2018	34.880	5.534	177	1.661	(2.046)	40.185
Mutações do período 2018	-	5.534	17	-	(70)	5.481
Em 30 de junho de 2019	40.414	-	173	1.661	(2.040)	40.185
Ajuste de Exercícios Anteriores		-	-	(5)	(5)	(5)
Absorção das Reservas de Lucros		-	(170)	(1.661)	(1.831)	(1.831)
Resultado do Período		-	-	(4.633)	(4.633)	(4.633)
Em 31 de dezembro de 2019	40.414	-	170	(1.661)	(4.867)	35.547
Mutações do 2º semestre 2019	-	-	(170)	(1.661)	(2.807)	(4.633)
Em 1º de janeiro de 2019	40.414	-	170	1.661	(2.040)	40.185
Ajuste de Exercícios Anteriores		-	-	(5)	(5)	(5)
Absorção das Reservas de Lucros		-	(170)	(1.661)	(1.831)	(1.831)
Resultado do Período		-	-	(4.633)	(4.633)	(4.633)
Em 31 de dezembro de 2019	40.414	-	170	(1.661)	(4.867)	35.547
Mutações do período 2019	-	-	(170)	(1.661)	(2.807)	(4.633)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras do exercício de 2019 da Desenvolve Alagoas apresentam alterações em suas estruturas, decorrentes de uma melhor apresentação de todas suas operações oriundas de seus atos e fatos administrativos. As informações financeiras são apresentadas com relevância e representação fidedigna para os usuários, apresentando uma maior capacidade preditiva para auxilio na tomada de decisão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas das Leis nºs 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às resoluções, normas e instruções do CMN e do BACEN, e

a) As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; e provisões civis, tributárias e trabalhistas, quando apli-

cadas a obrigações por repasse, prestações de serviços e outras operações de natureza similar.

cáveis. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

b) As demonstrações financeiras contemplam a incorporação dos recursos recebidos do Governo do Estado de Alagoas, os quais foram tratados como subvenção governamental. As receitas e as correspondentes despesas são contabilizadas, de forma simultânea, com base no Regime de Competência, independentemente de recebimento ou pagamento, ou seja, no momento do fato gerador, em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e a NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais.

3. Principais Práticas Contábeis

As operações foram contabilizadas em observância às práticas consubstanciadas no COSIF e emanadas das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC), dentre as quais se destacam as seguintes:

a) Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (milhares), que é a moeda funcional da Agência de Fomento de Alagoas S/A e, quando existentes, operações em moeda estrangeira são convertidas para reais, de acordo com as taxas de câmbio da moeda local; e os ganhos e perdas resultantes do processo de conversão são alocados no resultado do período.

b) Apuração do Resultado

b.1.) Em conformidade com o Regime de Competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento, com exceção das rendas provenientes das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, que são registradas como receita efetiva, somente na data do seu recebimento.

b.2.) As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

b.3.) As operações indexadas a moedas estrangeiras, quando existentes, são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem valores em caixa, depósitos bancários e aplicações em títulos e valores mobiliários de curto prazo, de alta liquidez, com vencimento igual ou inferior a 90 dias entre a data de aquisição e a data de vencimento, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. O caixa e equivalentes de caixa estavam assim compostos:

	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e Equivalentes de Caixa		
Disponibilidades	180	79
Cotas de Fundo de Investimento - Até 90 dias	24.685	19.802
Total	24.865	19.881

d) Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata

As aplicações financeiras de liquidez imediata são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

e) Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários

A carteira própria está composta de títulos de renda fixa. Em cumprimento ao estabelecido no inciso V do art. 3º da Resolução nº 2.828/01, com a redação dada pela Resolução nº 3.834/10, do Conselho Monetário Nacional, a Agência de Fomento de Alagoas S/A aplica suas disponibilidades de caixa em cotas de fundos de investimentos, formada exclusivamente por títulos públicos federais. Os fundos de investimento são registrados pelo valor da cota divulgada pelo administrador.

Títulos e valores mobiliários são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da Agência de Fomento de Alagoas S/A, que é a de mantê-los dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários são apropriados observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do período.

As Agências de Fomento não se aplicam os critérios para registro e avaliação contábil de títulos e valores mobiliários dispostos na Circular nº 3.068/2001 do BACEN, os quais também foram instituídos pela Lei nº 11.638/07.

f) Direitos e Obrigações

Os direitos estão demonstrados pelos valores de realização e as obrigações estão demonstradas pelos valores de exigibilidade, estes últimos atualizados até a data do balanço.

g) Operações de Crédito

As operações de crédito estão registradas ao valor do principal, incorporando os rendimentos auferidos até a data do balanço em razão da fluência dos prazos das operações.

Não são apropriados os rendimentos e encargos de operações com atraso igual ou superior a 60 dias. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações de crédito estão classificadas observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, a qual requer uma análise periódica da carteira e de sua classificação em níveis de riscos, variando de "AA" (risco mínimo) a "H" (risco máximo), bem como classificação das operações com atraso superior a 15 dias, como operações de curso anormal.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, nos termos da Resolução CMN nº 2.682/99, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. As renegociações de operações de crédito, anteriormente baixadas contra a provisão, são classificadas como nível "H". Os eventuais ganhos provenientes de renegociações somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

h) Estimativa com Perdas para Créditos de Liquidação Dúvida

A estimativa com perdas para créditos de liquidação dúvida é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em consideração às normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito, obedecidas as determinações legais estabelecidas pelas Resoluções nºs 2.682/99 e 2.697/00, ambas do CMN.

Face à característica do crédito concedido e o grau de inadimplência da carteira, a Agência optou por não constituir provisão adicional aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução nº 2.682/99, do CMN.

i) Imobilizado em Uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiguram os riscos, benefícios e controles dos bens para a Entidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens, sendo:

- Móveis e utensílios e equipamentos – 10% ao ano;
- Sistemas de comunicação (equipamentos de comunicação) – 10% ao ano; e
- Sistemas de processamento de dados (equipamentos de informática) – 20% ao ano.
- Sistemas de Transporte – 20% ao ano.

j) Ativo Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Os ativos intangíveis existentes possuem vida útil definida e referem-se basicamente aos desembolsos para aquisição de direitos de softwares, amortizados pelo método linear à taxa de 25% ao ano a partir da data da sua disponibilidade para uso.

Quando aplicável, os gastos com o desenvolvimento interno de software são reconhecidos como ativo, quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao mesmo, que serão amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.

k) Redução do Valor Recuperável (Impairment)

Ao final do período a Agência de Fomento de Alagoas S/A avaliou seus ativos para verificar se houve alguma indicação de perda significativa no seu valor recuperável, tendo a Administração avaliado e concluído que não houve necessidade dessa provisão.

l) Imposto de Renda e Contribuição Social

A Agência de Fomento de Alagoas S/A está sujeita ao regime de tributação com base no lucro real e reconhece a provisão para o imposto de renda mensalmente pelo regime de competência à alíquota de 15% mais adicional de 10%, este último quando aplicável. A contribuição social é calculada sobre o lucro ajustado antes do imposto de renda, na forma da legislação, à alíquota de 20%.

Conforme faculta a legislação tributária, a Agência de Fomento de Alagoas S/A optou pelo recolhimento mensal do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido com base na estimativa da receita, a título de antecipação do efetivo pagamento, devido no ajuste anual. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

m) PIS e COFINS

**AGÊNCIA DE FOMENTO
DE ALAGOAS S/A**

**Relatório de Administração,
Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas**
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

CNPJ 10.769.660/0001-95
Rua Deputado José Lages, 972, Ponta Verde
CEP: 57035-330 – Maceió/AL 82.3315.3468

As contribuições para o Programa de Integração Social (PIS) e para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) são recolhidas mensalmente, com base na sistemática cumulativa sujeitando-se às alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente, incidente sobre o faturamento permitindo-se à dedução das despesas estabelecidas na legislação tributária.

n) Subvenção Governamental

A subvenção governamental recebida do Governo do Estado de Alagoas é destinada a compensação de despesas da Agência de Fomento de Alagoas S/A, sendo reconhecida como receita ao longo do período necessário e confrontada com as despesas que pretende compensar.

o) Utilização de Estimativas

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as estimativas para créditos de liquidação duvidosa e provisões para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas periodicamente.

p) Contingências

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, do CMN, sendo:

✓ Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

✓ Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

✓ Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

✓ Obrigações Legais: provisão para riscos fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

De acordo com a Assessoria Jurídica da Agência de Fomento de Alagoas S/A não houve necessidade de realizar provisão de contingências no período findo em 31 de dezembro de 2019, face ao exposto neste item.

q) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão.

São compostos por:

✓ Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e

✓ Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente que requeresse realização de ajustes ou divulgações para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2018.

4. Títulos e Valores Mobiliários

Em 31 de dezembro de 2019, a carteira de títulos e valores mobiliários estava assim composta:

	31/12/2019	31/12/2018
Cotas de Fundo de Investimento - CP		
Fundo BB - SP	2.577	2.694
Caixa FIC Soberano LP	5.732	-
Caixa Institucional Títulos Públicos - Renda Fixa	6.845	8.233
Caixa FIC Soberano - Renda Fixa (Convênios Fecoop)	9.531	8.875
Subtotal	24.685	19.802
Títulos Mantidos até o Vencimento - LP		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT-B	11.190	10.571
Subtotal	11.190	10.571
Total de Títulos e Valores Mobiliários	35.875	30.373
Circulante	24.685	19.802
Realizável a Longo Prazo	11.190	10.571

As cotas e rendimentos dos títulos e valores mobiliários estão dispostos da seguinte forma:

Cotas de Fundo de Renda Fixa 2019	R\$ (em mil)	Rentabilidade % (12 meses)	Cotas
Caixa Fic Soberano RF LP - 061-9	6.368	4,35%	522
Fundo Caixa Inst. Tit. Pub. C 48-1	6.845	2,45%	2.572
Caixa Fic Soberano RF LP - 140-2	3.163	4,35%	259
Caixa Fic Soberano RF LP - 141-0	5.732	4,35%	470
Fundo BB Absoluto Sp - 6549-8	950	4,88	121
Fundo BB Soberano Sp - 7451-9	1.382	4,36%	561
S Público Absoluto - Cta 7683-X	245	4,88%	31
TOTAL DE COTAS DE TVM	24.685		

Cotas de Fundo de Renda Fixa 2018	R\$ (em mil)	Rentabilidade % (12 meses)	Cotas
Caixa Fic Soberano RF LP - 061-9	6.442	4,83%	552
Fundo Caixa Inst. Tit. Pub. C 48-1	8.233	5,89%	3.257
Caixa Fic Soberano RF LP - 140-2	2.433	4,83%	208
Fundo BB Absoluto Sp - 6549-8	124	5,16%	17
Fundo BB Diferenciado Sp - 6945-0	531	5,89%	128
Fundo BB Super Sp - 7053-X	468	6,20%	310
Fundo BB Soberano Sp - 7451-9	677	4,84%	287
S Público Diferença - Cta 7985-1	738	5,89%	178
S Público Diferença - Cta 8160-4	156	5,89%	38
TOTAL DE COTAS DE TVM	19.802		

As Cotas do Fundo de Renda Fixa e Letras Financeiras do Tesouro são custodiadas pelo Banco do Brasil S/A, Caixa Econômica Federal e lastreados em títulos públicos federais.

As Letras Financeiras do Tesouro avaliadas pelo valor de mercado, terá um deságio de R\$ 34 mil, mas é intenção da Agência mantê-las dentro de modelo de negócios cujo objetivos seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.

Em 31 de dezembro de 2019, a Agência de Fomento de Alagoas S/A não possuía em aberto operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

5. Relações Interfinanceiras

Em 2019, o Banco Central homologou a alteração do capital social da Agência no valor de R\$ 5.534 mil.

6. Operações de Crédito

As operações de crédito em 31 de dezembro de 2019 estavam assim compostas:

a) Composição da Carteira por Tipo

	31/12/2019	31/12/2018
Setor Privado		
Empréstimos e Financiamentos - Recursos Próprios	12.715	13.908
(-) Provisão - Estimativa de Perdas	(3.119)	(2.235)
Empréstimos e Financiamentos - Repasses	2.460	3.589
<i>BND&ES</i>	-	-
<i>FINEP</i>	3.131	3.623
(-) Provisão - Estimativa de Perdas	(671)	(34)
<i>BND&ES</i>	-	-
<i>FINEP</i>	(671)	(34)
Total da Carteira	12.056	15.262

**AGÊNCIA DE FOMENTO
DE ALAGOAS S/A****Relatório de Administração,
Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas**
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)CNPJ 10.769.660/0001-95
Rua Deputado José Lages, 972, Ponta Verde
CEP 57035-330 – Maceió/AL 8233153468

Circulante	6.621	6.923
Empréstimos	4.987	4.643
Financiamentos	3.714	3.504
(-) Provisão - Estimativa de Perdas - Circulante	(2.081)	(1.224)
Não Circulante	5.435	8.339
Empréstimos	3.947	3.991
Financiamentos	3.197	5.394
(-) Provisão - Estimativa de Perdas - Não Circulante	(1.709)	(1.046)
Total da Carteira	12.056	15.262

b) Composição da Carteira por Setor de Atividade

	31/12/2019	31/12/2018
Setor Privado		
Indústria	2.560	4.134
Comércio	3.148	3.330
Outros Serviços	5.890	5.747
Rural	4.248	4.321
Total	15.846	17.532
(-) Provisão - Estimativa de Perdas	(3.790)	(2.270)
Total	12.056	15.262

c) Composição da Carteira por Vencimento

	31/12/2019	31/12/2018
Vencendas		
Até 30 dias	2.703	1.213
De 31 a 60 dias	658	575
De 61 a 90 dias	611	660
De 91 a 120 dias	576	635
De 121 a 150 dias	750	771
De 151 a 180 dias	718	615
Acima de 180 dias	9.830	13.063
Total	15.846	17.532
(-) Provisão - Estimativa de Perdas	(3.790)	(2.270)
Total	12.056	15.262

d) Composição da Carteira por Nível de Risco

Classificação de Risco	Provisão %	31/12/2019		31/12/2018	
		Valor das Operações	% de Part.	Valor da Provisão	Valor das Operações
A	0,5	5.854	36,94%	29	9.078
B	1	2.973	18,76%	30	2.570
C	3	2.535	16,00%	76	1.572
D	10	620	3,91%	62	472
E	30	268	1,69%	80	878
F	50	128	0,81%	64	2.201
G	70	67	0,42%	47	71
H	100	3.401	21,47%	3.402	690
Total		15.846	100,00%	3.790	17.532
Provisão		(3.790)	-23,92%	(2.270)	-12,95%
Total		12.056	76,08%	15.262	87,05%

e) Concentração dos maiores tomadores de crédito

	31/12/2019		31/12/2018	
	Valor	%	Valor	%
Maior	2.472	15,60%	2.967	16,92%
5 maiores seguintes	4.062	25,63%	5.106	29,12%
10 maiores seguintes	3.368	21,25%	3.138	17,90%
15 maiores seguintes	1.402	8,85%	920	5,26%
20 maiores seguintes	843	5,32%	944	5,38%
30 maiores seguintes	729	4,60%	789	4,50%
Demais	2.970	18,75%	3.668	20,92%
Total	15.846	100,00%	17.532	100,00%
(-) Provisão - Estimativa com Perdas	(3.790)	-23,92%	(2.270)	-12,95%
Total	12.056	76,08%	15.262	83,05%

A carteira de crédito em 31 de dezembro de 2019 apresentou o valor de R\$ 15.846 mil, tendo um crescimento de 9,62% em relação ao mesmo período do ano anterior.

f) Estimativa com Perdas de Créditos de Liquidação Dividosa – Operações de Crédito

	31/12/2019	31/12/2018
Saldo no Início do Período	2.270	1.967
Provisão Constituída	4.828	1.053
(-) Reversão da Provisão	(688)	(191)
Total da Provisão Liquidada no Exercício	4.140	862
Créditos Baixados para Prejuízo	(2.620)	(559)
Saldo Final do Período	3.790	2.270

A estimativa com perdas para operações de crédito de liquidação dividosa em 31 de dezembro de 2019 indicou 23,92% da carteira de crédito, contra os 12,95% em 31 de dezembro de 2018.

7. Outros Créditos e Valores Bens

No subgrupo Outros Créditos são registrados os valores a receber do Governo do Estado de Alagoas a título de subvenção governamental, que estão provisionados e adiantamentos. Já no subgrupo Outros Valores e Bens estão registrados os valores dos bens em estoque e as despesas antecipadas, como exposto no quadro a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Outros Créditos	1.446	3.677
Adiantamentos e Anticipações Salariais	21	9
Adiant. p/Pagto. De Nossa Conta - Repasses a Cooperativas	1.326	3.563
Impostos e Contribuições a Compensar	86	86
Devedores Diversos - País - Subvenção Governamental	13	19
Outros Valores e Bens	7	17
Material em Estoque	6	9
Despesas Antecipadas	1	8
TOTAL DE OUTROS CRÉDITOS E VALORES E BENS	1.453	3.694
Circulante	730	1.407
Outros Créditos	603	1.390
Outros Valores e Bens	127	17
Não Circulante	723	2.287
Outros Créditos	723	2.287
TOTAL DE OUTROS CRÉDITOS E VALORES E BENS	1.453	3.694

8. Imobilizado de Uso e Intangível

O quadro a seguir demonstra a movimentação do imobilizado e intangível, e as respectivas depreciações e amortizações, para os saldos da rubrica "móveis e equipamentos em estoques" trata-se das aquisições de itens sem uso para a nova sede da Desenvolve Alagoas:

	Exercício 2019	31/12/2018
Imobilizado		
Móveis e Equipamentos em estoque	3.076	599
Móveis e Equipamentos	255	1.394
Sistema de Comunicação	20	20
Sistema de Proc. de Dados	1.202	2.653
Sistema de Segurança	16	16
Sistema de Transporte	211	211
Depreciação Acumulada	(1.149)	(1.444)
TOTAL DO IMOBILIZADO	3.631	3.449
Intangível		
Outros Ativos Intangíveis	559	559
Amortização Acumulada	(514)	(514)
TOTAL DO INTANGÍVEL	45	45

9. Obrigações por Repasses no País

	31/12/2019	31/12/2018
Obrigações por repasse	2.985	3.602
FINEP	2.985	3.602
TOTAL DE OBRIGAÇÕES POR REPASSE	2.985	3.602
Circulante	728	629
Obrigações por Repasses - FINEP	728	629
Não Circulante	2.257	2.973
Obrigações por Repasses - FINEP	2.257	2.973
TOTAL DE OBRIGAÇÕES POR REPASSE	2.985	3.602

**AGÊNCIA DE FOMENTO
DE ALAGOAS S/A**

**Relatório de Administração,
Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas**
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

CNPJ 10.769.660/0001-95
Rua Deputado José Lages, 972, Ponta Verde
CEP: 57035-330 – Maceió/AL 82.3315.3468

a) Refere-se a recursos captados junto a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP – para realização de operações do Programa INOVACRED, com indexador Pós-fixado e destinado a empresas que apresentem projetos de inovação; e que, em 31 de dezembro de 2019, apresentava o seguinte saldo:

Classificação	31/12/2019			31/12/2018				
	Saldo	Encargos	Total	Saldo	Encargos	Total		
Curto Prazo	647	81	728	Até 31/12/2020	562	67	629	Até 31/12/2019
Longo Prazo	2.007	250	2.257	Após 31/12/2020	2.973	-	2.973	Após 31/12/2019
Total	2.654	331	2.985		3.535	67	3.062	

10. Outras Obrigações

Nesse subgrupo apresentam-se as obrigações tributárias a recolher, obrigações e provisões junto a fornecedores e pessoal, fundos financeiro e de desenvolvimento – FECOEP, subvenção governamental e convênio BID, como exposto a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
FECOEP	13.805	13.466
Cobrança e Arrecadação de Tributos	2	10
Fiscais e Previdenciárias	98	124
Diversas Obrigações	622	1.231
Provisão para pagamentos	488	1.050
Obrigações diversos	134	181
TOTAL OUTRAS OBRIGAÇÕES	14.527	14.831
Circulante	10.967	12.544
Não circulante	3.560	2.287
TOTAL OUTRAS OBRIGAÇÕES	14.527	14.831

Estes valores são distribuídos da seguinte forma:

a) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento – FECOEP

É composto por recursos recebidos do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza – FECOEP, sendo este Fundo administrado pela SEFAZ/AL e tem por objetivo financeirar empreendedores dos grupos de oportunidade local para o desenvolvimento do Projeto Alagoas Cidadã, bem como para repasse às Cooperativas de Crédito e Associações para aplicação junto a beneficiários finais e reforço de suas carteiras de crédito.

Projeto	31/12/2019	31/12/2018
Alagoas Cidadã	93	93
PROCAP	6.368	7.468
COOPMAIS	7.344	5.905
TOTAL FECOEP	13.805	13.466

O programa COOPMAIS – Programa de Financiamento a Cooperativas e Associações Produtivas, visa profissionalizar a gestão das cooperativas e associações de produção existentes e fomentar o investimento desses organismos produtivos no Estado, para apoio aos negócios de pequeno porte, agricultura familiar e cooperativismo, além de promover a inclusão produtiva e as agroindústrias em Alagoas.

O Programa de Apoio à Capitalização de Cooperativas de Crédito e Organizações de Microcrédito de Alagoas – PROCAP, tem como objetivo fomentar a expansão e o fortalecimento institucional de organizações operadoras de microcrédito em Alagoas, mediante a seleção de propostas de apoio financeiro. Desta forma, as instituições contempladas poderão atender as comunidades de baixo índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e sem acesso ao sistema financeiro formal.

b) Fiscais e Previdenciárias

	31/12/2019	31/12/2018
Imposto de Renda - Lucro Real	-	-
Contribuição Social - Lucro Real	-	-
Impostos e contribuições sobre Serviços	2	1
Impostos e contribuições sobre Salários	84	74
Outros Impostos e Contribuições (PIB e COFINS)	12	50
TOTAL OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS	98	125

c) Diversas Obrigações

d.1) Provisão para pagamentos

	31/12/2019	31/12/2018
Provisão com pessoal e encargos	250	205
Provisão para pagamento a fornecedores	238	845
TOTAL DE PROVISÕES	488	1.050

Houve uma diminuição muito significativa na conta de fornecedores no comparativo dos exercícios em decorrência dos da quitação das obrigações com as empresas Tecnoplast e Supriserv – Com. Rep. referentes a aquisição de móveis e equipamentos adquiridos à prazo.

d.2) Credores Diversos – País

Esse subgrupo apresenta os recursos de subvenções governamentais recebidos do Governo do Estado de Alagoas para despesas de custeio, como demonstrado no quadro a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Subvenção Governamental - Custeio	8	18
Subvenção Governamental - Imobilizado	126	162
Subtotal	134	180
TOTAL CREDORES DIVERSOS	134	180

11. Provisões e Passivos Contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (Resolução BACEN nº 3.823/09).

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a realização do ganho é praticamente certa, deixando o ativo de ser contingente, requerendo- se assim o seu reconhecimento.

Os passivos contingentes podem ser classificados em remoto, possível e provável. Considerando a natureza das ações, sua similaridade com processos anteriores, sua complexidade, jurisprudência aplicável e fase processual, os processos são classificados em três categorias de risco de perda: provável, possível e remota, levando-se em conta a possibilidade de ocorrência de perda, tendo como base a opinião de assessores jurídicos.

Em 31 de dezembro de 2019, de acordo com a assessoria jurídica da agência não apresentava passivos contingentes que satisfaçam os critérios de reconhecimento, somente de divulgação.

Vara	Área	Prognóstico	Valor (2019)	Prognóstico	Valor (2018)
Rio Largo	Cível	Possível	49	Possível	49
Maceió	Cível	Remota	-	Possível	60
Maceió	Cível	Possível	71	-	-
M. Grande-AL	Cível	Possível	31	-	-
Maceió	Cível	Possível	100	-	-
TOTAL			251		109

12. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social, subscrito e integralizado, é de R\$ 40.414 mil, representado por 3.487.990 ações ordinárias nominativas, assim composto:

	31/12/2019	31/12/2018		
	Valor	%	Valor	%
Governos do Estado de Alagoas	40.406	99,98%	34.872	99,98%
Outros Acionistas - Setor Privado	8	0,02%	8	0,02%
Total	40.414	100%	34.880	100%

b) Aumento de Capital

Foi aprovado o aumento do capital no valor R\$ 5.534 mil referente aos recursos liberados pelo acionista majoritário o Estado de Alagoas, que está à disposição do Banco Central para análise e aprovação, por meio da ata de Assembleia Geral Extraordinária de 14/12/2018.

c) Reservas de Lucros

A reserva legal é constituída por 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social, e, em 31 de dezembro de 2018, somava R\$ 170 mil, mas em 2019 após deliberação do Conselho de Administração, foi baixada integralmente contra a conta de prejuízos acumulados (Conforme artigos 189º, 193º e 200º da Lei 6.404/76).

A reserva especial refere-se ao lucro remanescente após a constituição da reserva legal, no valor de R\$ 166 mil em 31 de dezembro de 2018, porém em 2019 após deliberação do Conselho de Administração, esse valor foi baixado integralmente contra a conta de prejuízos acumulados, em conformidade com a legislação vigente.

**AGÊNCIA DE FOMENTO
DE ALAGOAS S/A****Relatório de Administração,
Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas**
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)CNPJ 10.769.660/0001-95
Rua Deputado José Lages, 972, Ponta Verde
CEP 57035-330 – Maceió/AL 82.3315.3468

	31/12/2019		31/12/2018	
	Valor	%	Valor	%
Reserva Legal	-	-	170	9,28%
Reservas de Lucros	-	-	1.661	90,72%
Total Reservas de Lucros	-	-	1.831	100,00%

d) Resultado do Exercício

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentou um prejuízo contábil líquido no exercício de R\$ 4.833 mil (em 2018 um prejuízo de R\$ 53 mil), havendo uma mensuração na conta de Prejuízos Acumulados de R\$ 4.867 mil (em 2018 um prejuízo acumulado, de R\$ 2.060 mil) o que representa um prejuízo acumulado por lote de mil ações de R\$ 140 (em 2018, um prejuízo por lote de mil ações de R\$ 0,59).

13. Despesas com Pessoal e Honorários

Os valores são apresentados a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Despesas com Honorários	117	228
Conselho Fiscal	-	17
Conselho de Administração	117	211
Despesas com Pessoal	3.317	3.525
Benefícios	316	289
Encargos Sociais	550	596
Proventos	2.306	2.553
Treinamento	6	27
Estagiários	59	38
Despesas com Provisões	80	22
Total	3.434	3.753

14. Despesas administrativas

As despesas administrativas da Instituição, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, estavam assim compostas:

	31/12/2019	31/12/2018
Despesas Administrativas	81	46
Despesas Energia, Água e Gás	81	46
Despesas de Aluguel	326	287
Despesas Comunicações	27	26
Despesas de Contribuições Filantrópicas	-	-
Despesas Manutenção e Conservação de Bens	85	15
Despesas de Materiais	38	92
Despesas de Processamento de dados	381	410
Despesa com Propaganda e Publicidade	18	17
Despesa de Publicações	34	28
Despesas de Seguro	6	11
Despesas de Serv. Do Sistema Financeiro	142	70
Desp c/ Serviços de Terceiros	143	207
Despesa de Serviços de Vigilância	15	4
Despesa com Serviços Técnicos Especializados	141	191
Despesas de Transportes	17	30
Despesas de Viagem no País	33	68
Outras Despesas Administrativas	285	69
Total	1.772	1.571

15. Despesas Tributárias

a) É demonstrada a seguir a base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social, com base no Lucro Real:

	31/12/2019		31/12/2018	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Apuração do Resultado	(4.633)	(4.633)	(53)	(53)
Adições	4.830	4.828	1.053	1.053
Exclusões	(3.858)	(3.875)	(1.000)	(1.000)
Lucro Líquido Ajustado	(3.661)	(3.663)	-	-
CSLL - Aliquota 9%	2	2	-	-
IRPJ e CSLL - Aliquota 15%	4	4	-	-
IRPJ Adicional de 10% (5% o lucro real acima de R\$ 240 mil)	-	-	-	-
Sub-total	6	6	-	-
Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT	-	-	-	-
Total	6	6	-	-

Decorrente da forma de tributação do Lucro Real Mensal por estimativa, a companhia no exercício social de 31/12/2018, optou pela suspensão de pagamentos de seus tributos devido compensação de operações baixadas como prejuízos.

b) As demais despesas tributárias são compostas da seguinte forma:

	31/12/2019	31/12/2018
Despesas Tributárias		
ISS	-	-
COFINS	146	183
PIS/PASEP	24	30
Atualização Monetária de Impostos	-	4
Outras Despesas Tributárias	4	9
Total	174	226

16. Despesas de depreciação e amortização

As despesas com depreciação e amortização no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, estavam assim compostas:

	31/12/19	31/12/18
Depreciação		
Móveis e Equipamentos	245	67
Sistema de Transporte	18	40
Bens - Recursos Públicos	32	12
Amortização	-	1
Total	295	120

17. Outras receitas / (despesas) operacionais

Em 31 de dezembro de 2019, as outras receitas e despesas operacionais estavam representadas da seguinte forma:

	31/12/2019	31/12/2018
Outras Receitas Operacionais	1.754	2.629
Recebimento para Custeio - Subvenções governamentais	1.607	1.823
Receitas de Convenio Alagoas Cidadã	-	748
Receitas de Apoio Financeiro as Cooperativas	-	-
Subvenção p/Imobilizado	36	38
Outras Receitas Operacionais	111	20
Outras Despesas Operacionais	(72)	(93)
Atualização de Impostos e Contribuições	(4)	-
Descontos Concedidos	(68)	(93)
Total	1.682	2.536

Os recursos oriundos de subvenções governamentais (para custeos e imobilizados) recebidos foram destinados da seguinte maneira, no decorrer do exercício:

	2019			2018		
	Recursos Próprios	Subvenções Gov.	Total	Recursos Próprios	Subvenções Gov.	Total
Despesas Operacionais						
Despesas de Pessoal	2.804	513	3.317	2.940	793	3.733
Outras Despesas Administrativas	709	299	1.008	324	291	615
Despesas de Serviços de terceiros e especializados	13	128	141	110	81	191
Despesas de Contribuições Filantrópicas	-	-	-	-	-	-
Despesas de aluguel	11	315	326	41	246	287
Despesas tributárias	174	-	174	224	2	226
Despesas de processamento de dados	44	337	381	49	361	410
Despesas de depreciação e amortização	259	36	295	83	37	120
Despesas de viagens	18	15	33	19	49	68
Outras Despesas Operacionais	72	-	72	93	-	93
Total	4.104	1.643	5.747	3.903	1.860	5.763

18. Gerenciamento de Capital

Em conformidade com a Resolução do CMN nº 3.988/11 a Agência de Fomento de Alagoas S/A definiu sua política de Gerenciamento de Capital com o objetivo de monitorar e controlar o seu capital, mantê-lo compatível com as atividades desenvolvidas e com o perfil de riscos da Agência.

19. Gerenciamento de Riscos

Em 2018, as ações de gerenciamento de riscos estiveram voltadas, principalmente, para a atualização/elaboração dos procedimentos internos da Agência. Além disso, as políticas de riscos foram desmembradas e atualmente cada risco tem sua política de forma separada. Estas já foram analisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração da Agência.

A Agência de Fomento de Alagoas S/A, segue adotando medidas visando o atendimento aos nor-

AGÊNCIA DE FOMENTO
DE ALAGOAS S/A

Relatório de Administração,
Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

CNPJ 10.769.660/0001-95
Rua Deputado José Lages, 972, Ponta Verde
CEP: 57035-330 - Maceió/AL 82 33153468

mativos editados pelo BACEN e o CMN, e que são aderentes à Agência, com melhorias nos processos internos, adequando a estrutura de gestão dos riscos, tornando-a compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, deixando-os proporcionais à dimensão da exposição dos riscos.

20. Transações com Partes Relacionadas

A Agência de Fomento de Alagoas S/A tem como seu principal acionista o Governo do Estado de Alagoas e, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não realizou transações de qualquer natureza com partes relacionadas, exceto os repasses do governo para custeio da agência.

21. Outras Informações

a) Seguro

A Agência de Fomento de Alagoas S/A tem como política manter a cobertura de seguros dos principais riscos, em montante julgado suficiente para cobrir eventuais riscos.

b) Empréstimos ou Adiantamentos

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras, autorizadas a funcionar pelo BACEN, não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- I) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos seus respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- II) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%;
- III) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pela Agência de Fomento de Alagoas S/A empréstimos ou adiantamentos a qualquer parte relacionada, membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, da Diretoria Executiva, e seus familiares.

José Humberto Maurício de Lira
Diretor Presidente

Márcio Teodoro de Lima Santos
Contador – CRC AL-005297/O-4

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas:

Os membros do Conselho Fiscal da AGÊNCIA DE FOMENTO DE ALAGOAS S/A, no uso de suas atribuições conforme inciso III do Art. 163º, e § 2º do Art. 166º da lei nº 5.404/1976, tomaram conhecimento dos resultados das demonstrações contábeis do exercício de 2019.

1. Os Conselheiros aprovaram as Demonstrações contábeis do exercício de 2019.

2. Registraram que o resultado ainda permanece negativo como nos últimos exercícios, consequentemente, oriundos das operações de crédito inadimplentes, que alimentam alto Risco para a estabilidade da Agência.

3. Ressalva, as operações advindas dos recursos do FECOEP devem ser contabilizadas conforme notificações da auditoria independente.

4. For recomendado por unanimidade a convocação da Assembleia Geral Ordinária para a aprovação dos acionistas.

Maceió, 19 de março de 2019.

José Vieira dos Santos
Conselheiro Titular

André Paes Cerqueira de França
Conselheiro Titular

Sérgio de Figueiredo Silveira
Conselheiro Suplente